

## **A LAGUNA MUNDAÚ NO CONTEXTO URBANO DE MACEIÓ (AL) A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DA SALGEMA INDÚSTRIAS QUÍMICAS S.A**

Rubens de O. Duarte<sup>1</sup>, Adriana C. B. da S. Manhas<sup>2</sup>

1. Mestre em Arquitetura e urbanismo; doutorando da FAU, Doutorado Cidades - Universidade Federal de Alagoas - UFAL.
2. Doutora em Ciências Sociais; professora da FAU – UFAL.

### **Resumo**

O sítio de Maceió, capital de Alagoas, encontra-se assentado entre o oceano Atlântico e a laguna Mundaú, formando uma restinga. A denominação de laguna é assim definida na geografia, pela sua ligação direta com o mar, recebendo influências deste na composição e na vida do ecossistema. Desde a ocupação inicial de Maceió, a partir do século XIX, o mar e o complexo lagunar representam um papel de grande importância na cidade e fazem parte do contexto urbano local. Entretanto, essa relação foi drasticamente modificada em 1976, com a implantação da antiga Salgema Indústrias Químicas S.A (atual Braskem), no bairro histórico do Pontal da Barra. Com a implantação da referida indústria, a região lagunar passou por significativas mudanças sociais, econômicas e ambientais, modificando a forma de produção do meio em que está inserida. Este artigo propõe assim, fazer uma análise dessa intervenção na cidade, e suas consequências no contexto urbano de Maceió, tendo como referência a laguna Mundaú.

**Palavras-chave:** água urbana; Braskem; Pontal da Barra

Maceió limita-se de um lado com o mar, e do outro com a laguna Mundaú. Sua caracterização como restinga na sua porção sul, dá-se pelos depósitos de areia que criam um ambiente com vegetação própria, definidos como “barreiras que bloqueiam a foz dos rios ou separam lagoas do mar, ora com sucessão de cordões arenosos com relevo pouco acidentado, ora campos de dunas, entre outras” (SALLES, 1993, p. 38). A consolidação do lugar diretamente ligado às águas urbanas expressa um pensamento que permeia o sentido do elemento água para a cidade, que se rebusca de algo além do seu caráter geográfico, conformando um imaginário urbano. Nesse sentido “a água nos aparecerá como um ser total: tem um corpo, uma alma, uma voz” (BACHELARD, 1977, p.17). “A água convida-nos à viagem imaginária” (Idem, p. 137) e reflete diretamente no meio urbano, enquanto elemento que compõe significativamente o espaço e as relações sociais. Nesta direção, Lima (2010) em seu livro, publicado pela primeira vez em 1961, “Maceió, a cidade restinga: contribuição ao estudo geomorfológico do litoral alagoano” detalha a formação geográfica local e enfatiza a sua relação com essas águas, de um sítio “feliz nascente entre a lagoa e o mar” como aparece no hino da cidade, composto por Carlos Moliterno em 1957.

No início da ocupação de Maceió, ainda no século XIX, e por mais de um século, houve uma relação direta da maioria da sua população com o mar, a laguna, rios e canais – uma cidade que cresceu “imprensada entre lagoa e mar”, como fez referência Jambo (2011, p. 181) à capital do final daquele século. A década de 1970 representa um período de transição pelo qual vivenciaram a laguna e a região que a circunda como um ambiente intrínseco à urbanidade local, para uma situação que aos poucos foi criando um distanciamento da população com aquele lugar, ao mesmo tempo em que a referência ao mar foi sendo cada vez mais consolidada. A relação de aproximação se dava seja pela função de transporte, seja pela identificação dos moradores com a paisagem natural e proximidade com o Centro. Esta década marcou o início de mudanças significativas no contexto urbano da região lagunar, que interferiu sobremaneira nesta relação, sobretudo com a construção da Salgema em 1976. Este artigo propõe assim, fazer uma análise de como se apresentava a laguna Mundaú no contexto urbano de Maceió até a implantação desta indústria, e como se deu a produção do espaço lagunar após a sua consolidação.

As questões levantadas apresentam resultados já obtidos de parte da tese de doutorado em andamento que analisa a relação do mar e da laguna com Maceió, desde o início do povoamento até os dias atuais. Para a análise destas questões foram escolhidos dois procedimentos metodológicos: 1. investigação a partir de pesquisa qualitativa fundamentada em pesquisa bibliográfica e 2. pesquisa documental, devido à vastidão de material empírico existente e ainda pouco explorado para a temática como filmes, fotografias e publicações em jornal e na mídia. Este trabalho se apoia no pensamento de Walter Benjamin, buscando-se a partir da sua visão reconstruir a história de Maceió, contada com base na implantação da Salgema – para quem o registro dos acontecimentos deve levar em consideração tantos os pequenos fatos ocorridos quantos os de maior dimensão, uma vez que “nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história” (BENJAMIN, 1987, p. 223).

Dessa forma, buscou-se mostrar, primeiramente como a laguna era recorrente no cenário de Maceió até a década de 1970 e a sua representatividade na cidade e, no segundo momento, a caracterização da laguna Mundaú a partir da implantação da Salgema, demonstrando como a indústria constituiu o marco para uma nova configuração da laguna no contexto urbano de Maceió.

A laguna Mundaú integra o Complexo Estuarino-Lagunar Mundaú-Manguaba (CELMM), que

compreende segundo a definição da Agência Nacional de Águas - ANA (2006, p. 5), “um sistema de corpos aquáticos naturais formado por duas lagoas<sup>1</sup>, a Mundaú e a Manguaba, canais de acesso, várias ilhas e uma parte estuarina comum a ambas as lagoas”. Nesse contexto das águas de Alagoas, o antropólogo pernambucano Gilberto Freyre descreveu o alagoano como “uma gente quase anfíbia”, ressaltando a intrínseca relação do povo com suas águas, seja das lagoas e lagunas, mar, canais, riachos ou rios. Essa descrição inspirou Dirceu Lindoso em seu estudo da cultura alagoana, que a destacou logo no prefácio de “Interpretação da província: estudo da cultura alagoana” (LINDOSO, 2015, p. 11).

Capitaneada pelo conceito de cultura, segundo Lindoso (2015), essa interpretação de Gilberto Freyre reforça a construção do imago alagoano em relação à influência das águas na construção das relações sociais e do espaço local. Para o autor, a cultura é resultado de “um *continuum* de temporalidades sociais” sendo percebida pela linguagem dos signos e símbolos, produzidos como “fenômeno social”, como um processo ao longo do tempo (Idem, 2015, p.26).

Entretanto, embora as águas estejam tão intrinsecamente ligadas à formação do povo e do espaço alagoano, e neste caso em questão, da capital Maceió, foi sob a ótica do Urbanismo Higienista que o imaginário da cidade foi construído, assim como sua relação “nova” com as águas. A partir do novo pensamento, miasmas e eflúvios nocivos à saúde deveriam ser combatidos, uma vez que a geografia local, formada por grandes áreas alagáveis (canais, mangues e pântanos) não correspondia a este ideal (CAVALCANTI, 2002).

Nesta conformação urbana entre o mar e a laguna, Monteiro (2015) mostra uma cidade que inicia o século XX enferma, que chega na sua segunda década infestada por doenças de grande gravidade para a época: a opilação ou amarelão, o impaludismo e o mal de Chagas – a *ancilostomíase*, a malária e o *trypansomíase* americano, respectivamente.

No romance Calunga (Lima, 1977), que se passa no início daquele século, a cidade é apresentada ainda muito relacionada com a laguna, pela sua função de produção de alimentos (pesca do sururu), de transporte e de paisagem presente no dia-a-dia. Por outro lado, as doenças fazem parte do universo de seus personagens, que lutam permanentemente contra a nocividade do meio. O autor descreve a região que compreende a laguna e adjacências como lugares alagados e sujos, numa relação inóspita da população com o cotidiano local e associa a lama da laguna e ela própria à sujeira, à insalubridade e à pobreza, muito embora a tratasse como simbologia e analogia à mãe que alimenta, porém, “mãe-porca” (idem, p.97).

Mesmo nesse ambiente adverso, a laguna desempenhou um papel de protagonismo desde o início da ocupação do território maceioense, com a função predominantemente de transporte até a década de 1970, para o escoamento da produção agrícola do interior do estado e para o transporte de pessoas, por meio de embarcações que partiam e chegavam nos seus três principais portos lacustres.

No século XX outros acontecimentos marcaram a sua importância. A partir da década de 1920, Maceió passou a receber hidroaviões – ou aviões d’água, num *pier* de concreto construído em suas águas para receber voos comerciais. O espaço é considerado por muitos estudiosos como o primeiro “aeroporto da cidade”, apesar de não se ter conhecimento de ter havido uma infraestrutura que justifique tal denominação. Esta experiência, no entanto, levou à ocupação da região como base de tropas norte-americanas durante a Segunda Guerra Mundial para proteção do litoral.

Em 1933, Alagoas produz o seu primeiro filme longa-metragem, de Guilherme Rogato – “Casamento é negócio?” Neste filme, a laguna se torna protagonista como cenário da produção, numa demonstração de sedução que a cidade sentia por aquele espaço naquele período e que alimentava o imaginário da população de um lugar associado fortemente à natureza. Da mesma forma, em 1972, o filme “Joana, a francesa”, também tem uma das cenas na laguna. A produção de Cacá Diegues, importante cineasta nascido em Maceió, de projeção internacional, tem como principais protagonistas a atriz francesa Jeanne Moureau e o estilista italiano, naturalizado francês, Pierre Cardin, demonstrando a relevância do trabalho.

Em 1945 ela desempenha um novo papel de protagonismo e sedução, com a inauguração do restaurante Bar das Ostras (VERAS FILHO, 1991), que se torna uma referência na gastronomia da cidade, permanecendo até os anos 1990. Ainda na região lagunar, Majella (2016) elenca alguns restaurantes que se destacavam neste período, de forma a reconhecer os bairros da região como um espaço gastronômico na cidade e núcleos da culinária regional: o “Buraco da Zefa”, a “Macarronada do Edson” e o “Bar do Pelado”. Eram restaurantes que possuíam um público selecionado compostos por políticos, intelectuais e pessoas de renome na sociedade local, e cativavam a clientela pela simplicidade do ambiente, simpatia de seus proprietários e funcionários e principalmente pela qualidade da gastronomia, competindo diretamente com os seus concorrentes nos bairros da região marítima da cidade.

A construção do estádio Rei Pelé, em 1970 representou outro marco para a região lagunar. A sua implantação no bairro do Trapiche da Barra, às margens da laguna, representou a valorização daquele ambiente na cidade e deu-se numa região com solo menos resistente e que exigia uma solução construtiva mais complexa para a fundação, o que não ocorreria em outras áreas de expansão da cidade. A instalação do Lagoa Hotel, no ano seguinte, nas suas dependências, demonstra o protagonismo daquela região.

Esse protagonismo da laguna, no entanto, não foi suficiente para que fosse evitada a inserção de uma indústria de alta periculosidade naquele ambiente. Em 1943 o empresário Euvaldo Luz havia descoberto

<sup>1</sup> A referência às lagunas como lagoas é recorrente em Alagoas, como também no Brasil. Estas, no entanto, não possuem uma ligação ou relação com o mar, constituindo-se assim, uma forma errada de denominação, mas aceita pelo senso comum.

jazidas em abundância de sal-gema (matéria-prima básica para obtenção da soda cáustica e do cloro) a partir de perfurações de poços de petróleo para o Conselho Nacional de Petróleo – CNP (LUSTOSA, 1997, p. 9). O cloro participaria na indústria química nacional como matéria-prima de duas indústrias de Camaçari, na Bahia – a Dow Química e a Companhia Petroquímica de Camaçari – CPC e “das indústrias de celulose do Sul do país” (idem, p. 10). Com esta função, em 23 de fevereiro de 1977 a Salgema entrou em operação, constituindo a primeira indústria integrante do Polo Cloroquímico de Alagoas (PCA), implantado no município vizinho - Marechal Deodoro.

A localização da Salgema no bairro do Pontal da Barra, na parte sul da cidade, abriu questionamentos quanto à sua implantação numa área ambientalmente frágil, com grande possibilidade de riscos de acidentes e vazamentos de produtos químicos comprometendo a segurança da população e em especial dos seus moradores. O Pontal da Barra “detém uma carga simbólica que mantém implícitos na sua constituição elementos/aspectos marcantes, tais como a Lagoa Mundaú, seus habitantes, suas ruas onde o cotidiano flui ancorado em seus *saberes e fazeres*, na pesca e no artesanato em linhas que estão diretamente ligadas à identidade deste bairro.” (GONÇALVES, p.30).

O grande porte da Salgema levou à intervenção na laguna, a partir do bairro vizinho, o Trapiche da Barra, com a incorporação de ilhas e aterro equivalente a 202 hectares, criando-se o Dique-Estrada em 1982 – uma via construída nas suas margens, com cinco quilômetros de extensão, e o objetivo de escoamento da produção (DUARTE, 2010). Sua localização, Segundo Vieira (2003), implicou assim risco de poluição para o mar e a laguna e a degradação deste meio ambiente.

Problemas decorrentes da relação de vizinhança entre a Salgema e moradores do Pontal da Barra, associados às questões ecológicas, levaram a conflitos que ocorreram no final da década de 1980, e tiveram como personagens a população do bairro, movimentos sociais e políticos de esquerda. A indústria investia na pretensão de duplicar a sua planta industrial e aumentar os limites territoriais de ocupação, e isso criou um temor junto aos moradores quanto à perda da posse das moradias em favor desta ampliação. Por outro lado, os movimentos sociais, representados principalmente pelo Movimento Pela Vida (MPV), estavam atentos às questões relacionadas ao meio-ambiente e suas consequências para a cidade. E os políticos, por sua vez, representavam a força da resistência da recém-democratização do país em favor das questões ecológicas, encontrando em vários vereadores da cidade uma motivação para fortalecer o conflito (VIEIRA, 1997).

A implementação dessa indústria dava início a um processo de mudanças na região lagunar que não se limitou aquele bairro e aos conflitos ali proporcionados. Na década de 1970, a implementação de outras importantes ações na cidade, também influenciaram diretamente nessas mudanças: a urbanização da praia da Pajuçara em 1974 e a implementação de uma política de turismo, valorizando o mar como *locus do lazer* e cartão-postal de Maceió; e a expansão da cidade, criando-se novas centralidades após a década de 1980 com a urbanização das orlas da Ponta Verde e Jatiúca na década de 1990, por exemplo.

Essas ocorrências criaram um distanciamento da cidade em relação à região lagunar. A iminência de desaparecimento de todo patrimônio cultural que envolve os “*saberes e fazeres*” do bairro do Pontal da Barra levaram ao seu tombamento em 1987 pelo Estado, para se evitar a duplicação da Salgema e o desaparecimento dessa cultura. Os investimentos do turismo resultaram na urbanização de uma orla bem distante dali, com a clara intenção de direcionar o crescimento da cidade no sentido norte, mitigando a região sul.

Com a Salgema, uma rodovia foi construída para escoar a produção até o PCA em Marechal Deodoro – a AL 101-Sul. Uma consequência direta da execução do Dique-Estrada e a da abertura desta via foi a perda da função de transporte da laguna. Com essa supressão, a sua recorrência na cidade passou inevitavelmente por transformações e essas relações começaram a se redesenhar em Maceió: os bairros contíguos à sua localização, passaram por um processo de desvalorização. O bairro do Trapiche da Barra e as praias localizadas entre o Centro e a indústria, em expansão na década de 1970, exemplificam esse fenômeno.

A implantação da fábrica se deu num período ditatorial do país, e assim, sem espaço para questionamentos das consequências para a cidade, no que se reporta ao seu papel ambiental, econômico e social. Nessa direção Machado e Lima (2016, p.180) definem a indústria química em Alagoas “como elemento da complexificação tecnológica do parque industrial alagoano e sua relação dialética de dependência e complementação com o parque industrial brasileiro, mas não como mudança da sua estrutura produtiva secular”. Estrutura associada, conforme a afirmação destes autores, à produção açucareira, dos antigos engenhos transformados em usinas de açúcar, e com o princípio da agroexportação, que não proporcionou a redenção econômica do estado anunciada quando da sua implantação.

Essa forma de produção definida como arcaica por Machado e Lima (2016), ecoou também de forma ultrapassada em relação à ambiência da laguna na cidade. Com a construção do Dique-Estrada houve uma grande transformação do meio ambiente físico da parte oeste da laguna em Maceió, na área contígua à Salgema, e os gestores públicos não foram capazes de resolver ou minimizar os problemas daí decorrentes ou dividir responsabilidades em forma de contrapartida pela apropriação do espaço construído por parte daquela empresa. De um lado tem-se a questão ambiental com aterros de mangues, retificação de canais – que se transformaram em esgoto a céu aberto, e incorporação de ilhas. De outro, o cenário socioeconômico do estado após a sua implantação, levou a um processo de favelização do lugar, com grandes índices negativos de pobreza e ocupação de toda a margem do Dique-Estrada por habitações precárias, violência e marginalização, contribuindo para um novo contexto urbano, no qual a laguna se tornou peça secundária.

A população do Pontal da Barra reagiu contra a presença da Salgema com veemência, e conseguiu se transformar num polo de turismo da cidade, incorporando o ambiente e a cultura lagunar ao patrimônio local.

No contexto do bairro, a laguna tem uma forte relação com o mar, seja pelos principais acessos se darem pela praia da restinga ali presente, ou pela influência da salinidade da água da laguna, e isso a diferencia em relação ao restante da região lagunar da cidade.

As outras regiões da laguna, estão no interior do território da cidade sem uma relação com mar. Esse distanciamento, fez ao longo das últimas décadas proliferarem os problemas de apropriação do espaço, e a cidade não levar a sério as consequências dessa ocupação do lugar. A ação antrópica ocorrida nos últimos anos no CELMM, que se explicitam dentro da cidade e além dos limites de Maceió, agravam as condições da laguna Mundaú, com o assoramento do seu leito e a poluição, comprometendo a produção da pesca do sururu e outros pescados; com o prejuízo para a navegação e a sobrevivência de uma boa parcela da população; e com a desqualificação e desvalorização da sua paisagem. Afora as influências externas ao território do município, as transformações da região lagunar resultam do contexto urbano local redesenhado a partir da década de 1970, quando a localização da Salgema inferiu um novo olhar para a cidade, e comprometeu, a partir dos desdobramentos posteriores, a recorrência da laguna em Maceió.

## Referências bibliográficas

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). **Plano de Ações e Gestão Integrada do Complexo Estuarino-Lagunar Mundaú-Manguaba – CELMM**, Brasília, 2006.

BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos**: ensaio sobre a imaginação da matéria. Tradução: Antonio de Pádua Danesi. Coleção Tópicos. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura**. Vol. 1. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CAVALCANTI, Verônica Robalinho. **Ideias antigas e ainda dominantes**. In: Anais VI ENEPEA – Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo. (CD ROM). Recife, 2002.

DUARTE, Rubens de Oliveira. **Orla Lagunar de Maceió**: apropriação e paisagem (1960/2009). Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Maceió, 2010.

GONÇALVES, Maria de Melo. **Relembrar o passado, reconhecer o presente**: a identidade do Pontal da Barra pelas lembranças dos moradores idosos. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Maceió, 2009.

JAMBO, Arnaldo. **Maceió – fins do século XIX**. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de (org.). **Traços e troças**: literatura e mudança social em Alagoas: estudos em homenagem a Pedro Nolasco Maciel. Maceió: EDUFAL, 2011.

LIMA, Jorge de. **CALUNGA**. 4ª ed. Revista – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

LIMA, Ivan Fernandes. **Maceió, a cidade restinga**: contribuição ao estudo geomorfológico do litoral alagoano. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos. Cepal, 2010.

LINDOSO, Dirceu. **Interpretação da província**: estudo da cultura alagoana. 3 ed. Maceió: EDUFAL, 2015.

LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira. **O Pólo Cloroquímico de Alagoas**. Maceió: Edufal, 1997.

MACHADO, Fabiano Duarte. LIMA, Matheus Carlos Oliveira de. **História econômica de Alagoas**: a indústria cloroquímica alagoana e a modernização da dependência. Maceió: EDUFAL, 2016.

MAJELLA, Geraldo de. **Panorama Cultural de Maceió**. Maceió: Instituto Lumeeiro, 2016.

MONTEIRO, Márcia Rocha. **Hospital do Açúcar de Alagoas**: arquitetura e assistência à saúde: 50 anos de história. Maceió: EDUFAL, 2015.

SALLES, Valéria. **Guia do meio ambiente**: litoral de Alagoas. Coordenadora. Alagoas: Projeto IMA-GTZ, 1993.

VERAS FILHO, Luiz. **História do turismo em Alagoas**. Maceió: Sergasa, 1991.

VIEIRA, Maria do Carmo. **“Daqui só saio pó”**: conflitos urbanos e mobilização popular: a Salgema e o Pontal da Barra. Maceió: EDUFAL, 1997.

\_\_\_\_\_. **Meio ambiente – nova cidadania ou utopia de poucos?** Maceió: EDUFAL, 2003.